



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 403- CONSELHO SUPERIOR, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.

APROVA *AD REFEREDUM* O PLANO DE CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA (CBMRR) EM PARCERIA COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR).

O Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

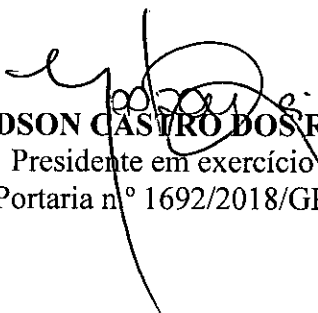
Considerando o Parecer n.º 018/2018/PEDAGOGODIPEAD/IFRR, 27 de agosto de 2018, constante no processo n.º 23229.000574.2018-46,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 29 de outubro de 2018.


NADSON CASTRO DOS REIS
Presidente em exercício
Portaria n.º 1692/2018/GR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

**ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 403-CONSELHO SUPERIOR, DE 29 DE OUTUBRO
DE 2018.**

**PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM
APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DE
OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA**

Boa Vista
2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Elaborado pela:

Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima
– CBMRR em parceria com o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá – Boa Vista-RR. Email: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.303-220
Telefone	(95) 3624-1224
Coordenadora de Extensão no <i>Campus</i>	Marilda Vinhote Bentes
Coordenador do Projeto	Tomas Armando Del Pozo Hernandez
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus* (Boa Vista)

CNPJ	10.839.508/0002-12
Razão Social	<i>Campus</i> Boa Vista
Endereço	Avenida Glaycon de Paiva, nº 2496 – Pricumã – Boa Vista-RR
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.303-340
Telefone	(95) 3621-8000 / 8008
Site de Instituição	gabinete.boavista@ifrr.edu.br

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Plano do Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima	
Resolução de aprovação		
Características do Curso FIC	Formação Inicial (X) Formação Continuada (X)	PROEJA Ensino Fundamental – PROEJAFIC 200h (FIC) () PROEJA Ensino Médio ()
Eixo Tecnológico	Segurança	
Carga Horária Total	300 horas	
Número de Vagas por Turma	15 alunos	
Escolaridade mínima	Ensino Médio Completo	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Data Início e Término	10 de setembro a 17 de dezembro de 2018
Dias da semana	Segunda a sábado
Horário	4 horas diárias
Forma de Ingresso	Edital com Inscrição Livre
Turno	Diurno
Regime de Funcionamento	A Distância
Frequência de oferta	Única
Local das aulas	<i>Campus Boa Vista</i>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA	7
2. O QUE É O PROGRAMA.....	8
3. OBJETIVOS	9
3.1 OBJETIVO GERAL	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4. PÚBLICO ALVO.....	9
5. METODOLOGIA.....	10
6. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO	10
7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	10
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	11
8.1 MATRIZ CURRICULAR	12
8.2 EMENTAS.....	13
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	25
10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	26
11. PESSOAL DOCENTE	72
12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO	29
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

1. JUSTIFICATIVA

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima à distância, justifica-se pela necessidade de aprendizado contínuo e preparação para ascensão funcional militar, bem como contornar as restrições de custo, tempo, distância e disponibilidade, características do método tradicional de acesso ao conhecimento. Os custos elevados, diretos e indiretos e as dificuldades relacionadas ao afastamento dos locais de trabalho para participação em cursos presenciais, dificultam a realização dos cursos. No sentido oposto, a implementação de uma cultura de uso de novas tecnologias aplicadas à educação e adoção do ensino a distância, proporcionam a disseminação do conhecimento para contingentes cada vez maiores, com redução de custos na medida em que cresce o número de participantes no aprendizado, sem, contudo, diminuir o elevado padrão de qualidade da formação.

O plano de curso foi sistematizado e organizado de modo que o aperfeiçoamento das habilidades do militar seja um processo de aprendizagem com aquisição e desenvolvimento de conhecimento, habilidade e valores dentro de uma realidade social, para a atuação em diversas situações, com a preparação do profissional em suas atribuições administrativas e operacionais com vistas ao desempenho das atividades dentro da instituição militar tendo como objetivo o aperfeiçoamento profissional.

O Currículo do Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima propõe a preparação de um Oficial Bombeiro Militar como um indivíduo de consciência crítica mais desenvolvida para melhor desempenhar a sua função, adequando-se ao progresso global, ajustando-se aos processos evolutivos das Instituições Bombeiro Militar Nacional e aos aspectos legais e técnico-operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

Atento a esses fatores, cumpre observar em todas as bases tecnológicas, além de outros princípios, integração, abrangência, articulação, continuidade, universalidade, especificidade e ainda:



a) Os Direitos Humanos e a Cidadania, como referências ética e normativa-legais para a vida e práticas do cidadão, o respeito à pessoa e a compreensão entre os seres humanos, em face da justiça social;

b) Atividades formativas, entendidas como processos implementados pelo Poder Público em articulação com a sociedade civil, visando à formação e a capacitação continuada, humana e profissional das diferentes ações sociais envolvidas na implementação das Políticas Públicas de Segurança e Defesa Social;

c) A Educação em Segurança Pública e Defesa Social, entendida como um processo aberto, complexo e diversificado, que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança e Defesa Social, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais;

d) Os processos educativos de interação, entendidos como espaços de encontro, de busca de motivações, de escuta das contribuições diferenciadas, sustentadas pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia dos sujeitos e a elaboração de novos desafios voltados à construção democrática de saberes renovados, numa visão que transcendem a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos;

e) As ações formativas, as quais serão submetidas a processos de avaliação sistemática, realizados segundo os princípios legais, e devem concretizar o compromisso com a qualidade.

Sendo assim, a Instituição, através do Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, assume importante compromisso de qualificar recursos humanos para atuar numa Corporação inserida em um contexto de mudanças vertiginosas buscando sempre melhor atender à sociedade.

2. O QUE É O PROGRAMA?

O programa de Formação Inicial e Continuada no IFRR objetiva a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, conforme o itinerário formativo para aquisição de aptidões para a vida produtiva social local.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima com adoção do Ensino a Distância – EAD tem como principal objetivo preparar os Oficiais Intermediários para bem desenvolver suas funções e atribuições inerentes Comando e Gestão Bombeiro Militar, visando ampliar os conhecimentos nas atividades meio e atividades fim, de acordo com a legislação vigente.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar e atualizar os conhecimentos dos Oficiais;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade institucional e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- Determinar os métodos gerais de organização e planejar a utilização eficaz dos recursos materiais;
- Propor, ao Oficial Intermediário conhecimento que o possibilite ao desempenho dos cargos atuais e a preparação para o Oficialato Superior.

4. PÚBLICO ALVO

O curso é destinado ao bombeiro militar no posto de capitão do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR), selecionados mediante Edital com Inscrição Livre expedido pelo Comandante Geral do CBMRR, com entrega de documentos solicitados em edital para esse fim.



5. METODOLOGIA

A metodologia de ensino utilizada no Curso de Formação Inicial e Continuada em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima dar-se-á por meio de aulas teóricas a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e atividades presenciais, visando a interação, participação e avaliação do desempenho dos alunos ao longo do processo de ensino e aprendizagem do curso.

6. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

O curso FIC em Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, na modalidade à distância é destinado ao bombeiro militar que seja capitão do Quadro Complementar de Oficiais e que tenha escolaridade mínima de ensino médio completo. Os bombeiros militares interessados realizarão por livre procura suas inscrições e suas matrículas serão efetuadas conforme cronograma estabelecido pelo CBMRR, embasando-se no Inciso II, do Artigo 13 da Resolução Nº 139-Conselho Superior, de 10 de setembro de 2013, que aprova o regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC do IFRR.

7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

O Oficial Bombeiro Militar deverá ser dotado de uma postura analítica, capaz de identificar problemas e apresentar propostas de soluções, por meio de reflexões e projetos gerenciais capazes de responder as demandas nas diversas atividades da Corporação.

O aluno do curso buscará aprimorar seus conhecimentos. Inserido num mundo em constantes transformações, preocupa-se com o auto aperfeiçoamento. Para tanto, procura ampliar a cultura geral e profissional, melhorar a capacidade de expressão oral e escrita, aperfeiçoando-se continuamente, buscando novas tecnologias para melhor emprego dos recursos disponíveis.

A Instituição entende que o aperfeiçoamento do Oficial Bombeiro Militar compreende questões éticas, científicas, técnicas, sociais e econômicas, observando os níveis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

graduais no processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos de sua atuação. O profissional formado pelo CBMRR deve estar em consonância com os princípios propostos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

O delineamento do perfil profissiográfico do Oficial Bombeiro Militar significa que deve dispor de larga base cultural, visão de tendências sociais e econômicas, facilidade de expressão, espírito empreendedor, liderança e ética em todas as suas atividades profissionais. Ser um profissional ágil diante das mudanças e sempre receptivo a inovações frequentemente propiciadas pela própria natureza da sociedade. Destacando-se como um profissional consciente dos seus deveres e direitos, capaz de ser solidário, de dialogar com profissionais de outras áreas e de participar com responsabilidade e competência do processo de integração e desenvolvimento social, político e econômico de Roraima e do Brasil.

Assim o aluno do curso integrar-se-á a sua área de atuação de serviços prestados a comunidade em geral, preparado, qualificado e aperfeiçoado para bem desenvolver das funções operacionais e das funções administrativas voltadas para o planejamento e Gestão institucional e melhor utilização de recursos humanos na atividade fim do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso apresenta uma organização curricular distribuída em 14 (quatorze) componentes curriculares de forma a possibilitar a construção do conhecimento dos cursistas.

O curso terá carga horária teórico-prática no total de 300 (trezentas) horas, que ocorrerá na modalidade EAD conforme especificado na Matriz Curricular.

Dessa forma, apresenta uma organização curricular flexível, possibilitando uma educação continuada, permitindo que o aluno acompanhe as mudanças de forma autônoma e crítica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Quadro 01: Demonstrativo dos componentes curriculares e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: SEGURANÇA		
ORD.	Componente Curricular	Carga Horária
1	Ambientação em AVA	20h
2	Estudo do Estado, Segurança Pública e Defesa Social	20h
3	Gestão de Pessoas	20h
4	Gestão Pública por Resultados	20h
5	Gestão Orçamentária e Financeira	20h
6	Gestão de Logística e Patrimônio	20h
7	Planejamento e Gestão de Projetos	20h
8	Ciência Política	20h
9	Planejamento Estratégico Aplicado à Defesa Social	20h
10	Sistema de Comando de Incidentes	20h
11	Intervenção e Emergência com Produtos Perigosos	20h
12	Sistema de Defesa Civil	25h
13	Direito Administrativo Aplicado à Segurança Pública	25h
14	Operações de Inteligência de Segurança Pública	30h
Total de carga horária dos componentes curriculares		300h



8.2 - Ementas

Componente Curricular: Ambientação em AVA

Carga Horária: 20h

Ementa: Ambiente Virtual de Aprendizagem. Fundamentos, Políticas e Legislação do EAD. Comunicação no EAD. Perfis no EAD. Como estudar no EAD. Regras de Convivência Virtual. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância; Ambientes virtuais de aprendizagem; Histórico da Educação a Distância; Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

Bibliografia: 1. LITWIN, Edith.(org.) Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001. 2. NETO, Francisco José da Silveira Lobo, Regulamentação da educação à distância: caminhos e descaminhos, In Silva, Marco.(Org.) Educação online. São Paulo:Edições Loyola, 2003.

Componente Curricular: Estudo do Estado, Segurança Pública e Defesa Social

Carga Horária: 20h

Ementa: Compreensão dos aspectos presentes nas relações estabelecidas entre Estado, Segurança Pública e Defesa Social, bem como o reconhecimento do papel do profissional de segurança pública na efetividade dessas relações, garantia dos preceitos legais e a promoção da cidadania.

Bibliografia: 1. ARENDT, Hanna. Sobre violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 2. BAYLEY, David. Padrões de policiamento. São Paulo: Edusp, 2002. 3. BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva. São Paulo: Unesp, 1997. 4. BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995. 5. BERTALANFFY, Ludwig Vo. Teoria geral dos sistemas. BERTALANFFY, Ludwig Von; Ed. Vozes;1975. 6. CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. Polícia e estado de direito na América Latina. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004. 7. BECK, Ulrich, Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34, 2010, 1ª



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

edição. 8. SAPORI, Luís Flávio. Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

Componente Curricular: Gestão de Pessoas

Carga Horária: 20h

Ementa: Antecedentes da Gestão de Pessoas; Conceito de Gestão de Pessoas; Planejamento estratégico; Modelagem de cargos, recrutamento, seleção de pessoal, admissão e desligamento nos serviços de saúde; Avaliação do desempenho humano; Remuneração, incentivos e benefícios; Desenvolvimento Organizacional: Treinamento e desenvolvimento; Segurança e salubridade nas organizações hospitalares.

Bibliografia: BÁSICA – 1. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 2. ROSSO, Fabrício. Gestão ou indigestão de pessoas?. Manual de sobrevivência para RH na área da saúde. São Paulo: Loyola, 2003. 3. PACHECO, Luzia. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 4. PONTELO, Juliana; CRUZ, Lucineide. Gestão de pessoas: manual de rotinas trabalhistas. 3. ed. Brasília: Senac, 2010. 5. FINAMOR, Ana Ligia Nunes. Gestão de pessoas em saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 6. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed. Rev.e Atual. São Paulo: Elsevier, 2010. COMPLEMENTAR – 1. LIMA, Frederico O. Direcionamento estratégico e gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2000. 2. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Recursos Humanos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 3. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de Competência e Gestão dos Talentos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 4. OLIVEIRA, Aristeu de. Gestão de recursos humanos: manual de procedimentos e modelos de documentos. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2003. 5. KANAANE, Roberto. Ética na Gestão de Recursos Humanos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Componente Curricular: Gestão Pública por Resultados

Carga Horária: 20h

Ementa: Demanda pelo melhor uso dos recursos arrecadados pelo governo e a prestação de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais. Administração pública gerencial voltada para o cidadão, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia numa gestão pública por resultados, orientada por processos de avaliação contínua e de legitimação pela sociedade. O cidadão consciente de seus direitos, demandas atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva, aliando rapidez na prestação dos serviços públicos, economicidade nas ações, transparência na gestão e prestação de contas sobre os atos dos gestores. Compreender os fundamentos da gestão pública para auxiliar as instituições de segurança pública, e a seus profissionais a criarem estratégias para a melhoria da gestão e dos serviços oferecidos.

Bibliografia: 1. ANDRADE, Sebastião Carlos de O. Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão. Rio de Janeiro, 2001. 2. DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) Política de gestão pública integrada. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008 3. DI PIETRO, Marial Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 4.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011. 4. FARAH Marta Ferreira S. et al. Novas experiências de gestão pública e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 5. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1999. 6. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 7. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 8. SANTIN, V. F. Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. 9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Componente Curricular: Gestão Orçamentária e Financeira

Carga Horária: 20h

Ementa: Estrutura da Administração Pública Federal: Administração direta e Administração indireta. Princípios Orçamentários: Princípio da legalidade; Princípio da impessoalidade; Princípio da moralidade; Princípio da publicidade; Princípio da eficiência; Princípio da unidade; Princípio da universalidade; Princípio do orçamento bruto; Princípio da anualidade ou periodicidade; Princípio da não afetação das receitas; Princípio da discriminação ou especialização; Princípio da exclusividade; Princípio do equilíbrio; Orçamento Público: Conceitos; Aspectos e Funções do Orçamento; Ciclo Orçamentário e Tipos de Orçamento. Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei do Orçamento Anual – LOA. Execução Orçamentária da Receita: Conceito; Classificação; Previsão, Lançamento, Cobrança, Arrecadação e Recolhimento. Execução Orçamentária da Despesa: Conceito; Classificação; Fixação, Reserva, Empenho, Liquidação e Pagamento; Créditos Adicionais; Restos a Pagar e Despesa de Exercício Anterior; Noções de licitações e contratos administrativos; Gestão Privada.

Bibliografia: BÁSICA – 1. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 2. GIACOMONI, James. Orçamento público. 15. ed. ampl. rev. atual. 2010. 3. MARTINS, Domingos dos Santos. Administração financeira hospitalar. São Paulo: Atlas, 2005.

COMPLEMENTAR – 1. GITMAM, Laurence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010. 2. CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no Governo Federal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 3. LIMEIRA, André Luis Fernandes et al. Contabilidade para executivos. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 4. PADOVEZE, Clóvis Luís. Planejamento orçamentário. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 5. SOUSA, Antonio. Gerência financeira para micro e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

pequenas empresas: um manual simplificado. Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2007.

Componente Curricular: Gestão de Logística e Patrimônio

Carga Horária: 20h

Ementa: Conhecimentos técnico-gerenciais na área de administração de recursos materiais e patrimoniais do setor público e a sua inter-relação com as demais áreas da organização, fornecendo condições de aprendizagem no desenvolvimento e implantação dos processos de suprimento, armazenagem, licitações e movimentação de materiais.

Bibliografia: 1. BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2000. 2. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. São Paulo. Atlas:2009. 3. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: Uma Abordagem Logística. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. Bibliografia Complementar: 1. DORNIER, PHILIPPE-PIERRE et al. Logística e operações globais: Texto e Casos. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 2. JUNIOR, José Calasans. Manual da licitação: Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas. 1.Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 3. TAYLOR, DAVID A. Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial. São Paulo: Editora Pearson Education/ADDISON WESLEY BRASIL: 2006.

Componente Curricular: Planejamento e Gestão de Projetos

Carga Horária: 20h

Ementa: Conceitos básicos sobre a gestão de projetos: reflexões sobre a relação entre projeto, subprojeto, programa e plano; diferenciação de projeto e processo; conceito de gestão; ciclo de vida; processos de gerenciamento; análise de atores envolvidos; participação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

na elaboração e gerenciamento; elaboração do plano; gestão integrada, monitoramento e avaliação do projeto.

Bibliografia: 1. LEITURA PARA O 1º DIA PMI. Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos. EUA: PMI, 2004. 3 ed. pp. 05-23. 2. LEITURA PARA O 2º DIA COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público. 3. BROSE, Marcus (org). Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 4. MMA. Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Série Monitoramento e Avaliação. 5. PFEIFFER, Peter. Conceitos Básicos. In: Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005.

Componente Curricular: Ciência Política

Carga Horária: 20h

Ementa: Estudo das diferenças e semelhanças entre Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Apresentação dos conceitos de Poder, Legitimidade, Autoridade. Conceito de Política como relações de poder. Origem e Evolução do Estado. Teorias sobre a origem do Estado (Natural x Contratual) Formas de surgimento dos Estados. Elementos Constitutivos do Estado Moderno. A relação entre Estado e Nação. Formas de Governos: Monarquias e Repúblicas. Regimes Políticos: Democracias e Ditaduras.

Bibliografia: 1. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005. 2. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB, 2007. 3. WEFFORT, Francisco. (org) Os Clássicos da Política. 2v. São Paulo: Ática, 2003. 4. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2005. 5. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes. 2001. 6. RIBEIRO, João Ubaldo. (1998). Política. quem manda, por que manda, como manda. Rio de Janeiro: Editora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Objetiva, 2010. 7. ARENDT, Hannah. O que é política. Ursula Ludz (org.). 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 8. ENGELS, F. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Editora Escala, 2012.

Componente Curricular: Planejamento Estratégico Aplicado à Defesa Social

Carga Horária: 20h

Ementa: Discutir as abordagens conceituais sobre Gestão Pública, Governabilidade e Modelos de Planejamento, dentre eles o Normativo, Situacional e Estratégico. Fornecer instrumentais teóricos e práticos que possibilitem elaborar planos de ação, programas e planejamento na área de políticas públicas.

Bibliografia: 1. BEATO, Claudio C. Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/polpub.htm>. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFGM. 2. CACCIABAVA, Silvio; PAULICS, Venonika; SPINK, Peter (orgs). Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ FGV-EAESP, 2002. 3. COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004. 4. HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES. [online]. nov. 2001, vol.21, no.55, p.30-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> 5. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP, Editora Alínea, 2001. 6. MATUS, Carlos. Política, Planejamento e Governo. Tomo 1 e 2, Brasília, IPEA, 1993. 7. MELO, Marcus André B. e SILVA, Pedro Luiz B. O processo de implementação de Política Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEEP, Caderno n. 48, 2000. 8. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 9. OKLINGER JUNIOR, Mantovaneli. Políticas Públicas no Século XXI. A perspectiva da gestão multicêntrica. Blumenau, Edifurb, 2006. 10 SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Estudos Avançados. [online]. 2006, vol. 20,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

no. 56, pp. 91-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> . ISSN 0103-4014.

Componente Curricular: Sistema de Comando de Incidentes

Carga Horária: 20h

Ementa: O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta de gerenciamento que tem como objetivo a estabilização do incidente e a proteção da vida, da propriedade e do meio ambiente.

Bibliografia: 1. ARAÚJO, Sérgio B. Administração de Desastres. [S.l]: 2010. p. 102-120. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/36254159/25/Acidentes-com-Multiplas-Vitimas-AMV>. Acesso em 10 ago 2018. 2. BORGES SOBRINHO, Cléber J. Atendimento a Acidentes de Trânsito com Múltiplas vítimas: com aplicação do Sistema de Comando de Incidentes na Rodovia BR-153 na Região da Cidade de Paraíso do Tocantins. Brasília-DF: POSEAD, 2011. 3. BRASIL. Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos. (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001. 4. BRASIL. Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes, Secretaria Nacional de Segurança Pública - MD, Brasília, 2007. 3.4 ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS Disciplina: Sistema de Comando de Incidentes - SCI 273 5. BRASIL. Manual Política Nacional de Defesa Civil, Secretaria Nacional de Defesa Civil - MI, 2008. 6. BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SENASP). Rede de Educação a Distância para Segurança Pública. Curso Sistema de Comando de Incidentes. Disponível em: <https://ead.senasp.gov.br/>. Acesso em: 10 ago 2018. Acesso ao conteúdo com login e senha. 7. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Manual de Sistema de Comando de Incidente: SCI. CBMDF, 2011. Disponível em: <http://www.cbm.df.gov.br>. Acesso em 10 ago 2018. 8. PAIXÃO, Lisandro. O Sistema de Comando de Incidentes. Brasília: CBMDF, 2006 (monografia: CAO).

Componente Curricular: Intervenção e Emergência com Produtos Perigosos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Carga Horária: 20h

Ementa: As emergências envolvendo produtos perigosos possuem características especiais que as diferenciam das demais. Nas ocorrências comuns, as ameaças ficam restritas ao lugar (espaço) e momento (tempo) no qual ocorreram, sem que haja possibilidade dessas ameaças ultrapassarem para outros lugares ou estender seus efeitos por semanas, meses e até anos. Já, nas ocorrências com os produtos perigosos têm por características a extrapolação dos limites temporais e espaciais, ou seja, um profissional de segurança pública que tenha contato com produtos perigosos pode, potencialmente, levar esse contaminante para áreas distantes do local do acidente, bem como sofrer efeitos da exposição por horas, dias, meses e até anos após a exposição inicial. Por isto, as primeiras atitudes definirão os passos a serem seguidos no atendimento das ocorrências.

Bibliografia: 1. ABIQUIM, Departamento Técnico, Comissão de Transportes. Manual para atendimento de Emergências com Produtos Perigosos. 5ª Ed. São Paulo. P. 2006. 2. ARAUJO, Giovanni Moraes de. Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos: Gerenciamento de emergência química. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2005. 3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7503: ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos: características e dimensões. Publicada em mar. 2000. 4. _____. NBR 7500: símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais. Publicada em mar. 2000. 3.8 ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA Disciplina: Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos 349 5. _____. NBR 9735: conjunto para situações de emergência no transporte rodoviário de produtos perigosos. Publicada em ago. 1999. 6. _____, Ministério dos Transportes. Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte de produtos perigosos. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Brasília: ANTT, 2004.. 7. BRASIL. Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988. Aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 maio 1988, p. 8.737/41. 8. PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

PRODUTOS PERIGOSOS (P2R2), Manual de Atendimento às Emergências, Brasília, 2007.

Componente Curricular: Sistema de Defesa Civil

Carga Horária: 25h

Ementa: A Política Nacional de Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608 de 04 de outubro de 2012, prevê atuação articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com participação da sociedade, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Sendo assim, conhecer o sistema de defesa civil, as suas relações com os demais órgãos de segurança pública, bem como a sua política são imprescindíveis para a atuação do bombeiro militar.

Bibliografia: 1. BRASIL. Manual Segurança Global da População. Secretária Nacional de Defesa Civil - MI, 2007. 2. BRASIL. Fundamentos doutrinários. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001. 3. BRASIL. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998. 4. UFSC. Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres: contribuições da Psicologia. Santa Catarina: UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia>. Acesso em 10 ago 2018 (Download grátis) 5. BRASIL. Lei nº12.340, 01DEZ10 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012. 6. BRASIL. Portaria nº607, 18AGO11 - Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012. 7. BRASIL. Portaria nº 037, 31JAN12 - Altera a Portaria nº 607, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta o uso do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012. 8. BRASIL. Lei nº12.608/12, 10ABR12 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.

Componente Curricular: Direito Administrativo Aplicado à Segurança Pública

Carga Horária: 25h

Ementa: Conhecer a doutrina do Princípio da Universalidade; Princípio da Continuidade; Princípio da Cortesia; Princípio da Legalidade ou Juridicidade; Princípio da Impessoalidade; Princípio da Moralidade; Princípio da Publicidade; Princípio da Eficiência; Princípio da Razoabilidade, como norteador dos serviços oferecidos pelo Estado, enquanto Instituição. Conhecer a doutrina de cada princípio, observando a funcionalidade e dispositivo de cada doutrina, como forma de orientar as ações e aplicações do Estado, enquanto Instituição Bombeiro Militar. Conhecer e manter a ordem pública, em uma era marcada pela violência, perante os princípios e as limitações inerentes ao modelo normativo do Estado Constitucional e Democrático de Direito.

Bibliografia: 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 10 de agosto de 2018. 2. DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Código de Processo Penal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-LEI/Del3689.htm. Acessado em 10 de agosto de 2018. 3. Plano Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca>. Acessado em 10 de agosto de 2018. 4. Antony, Márcio Moraes. Sniper Policial: um guia para as polícias brasileiras. S/ed., Manaus, 2004. 5.



Moraes, Alexandre. Direitos Humanos Fundamentais. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2005. 6. PRINCÍPIOS orientadores da segurança pública e limitadores da atividade policial, à luz da Constituição Federal e das modernas tendências legislativas. Disponível em: http://www2.tjam.jus.br/esmam/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9&Itemid=89. Acessado em 10 de agosto de 2018.

Componente Curricular: Operações de Inteligência de Segurança Pública

Carga Horária: 30h

Ementa: De acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DENISP 2010) a atividade de inteligência de segurança pública (ISP) é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos - tanto em nível federal, como estadual -, à tomada de decisões e a elaboração de políticas de planos de segurança pública. A atividade de inteligência de segurança pública contribui para o enfrentamento da violência e da criminalidade, principalmente, em relação aos crimes de alta complexidade, pois procura identificar, compreender e tornar patente os aspectos da ação criminosa, difíceis de serem detectados pela utilização de meios tradicionais de investigação policial. A disciplina de “Operações de Inteligência de Segurança Pública” visa à orientação para o correto posicionamento do profissional de segurança pública na temática da atividade de inteligência

Bibliografia: 1. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns. Brasília, 2004. 2. ANTUNES, Priscila Carlos B. SNI & ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 3. BRAGA, Pedro Luis de Araújo. O papel da atividade de inteligência em uma sociedade democrática. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1998. (Dissertação apresentada no Curso de Altos Estudos Estratégicos. Exército Brasileiro). 4. BRASIL.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, Brasília, 2009, p. 13. 5. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz Doutrinária para a Atividade de Inteligência de Segurança Pública: Relatório Técnico. Belo Horizonte: [s.n.], 2005. GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2009. 6. CEPIK, Marco Aurélio. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 7. FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. A Inteligência e a Gestão da Informação Policial. Brasília: Fortium, 2008. 8. SCHNIDER, Rodolfo Herberto. Abordagens Atuais em Segurança Pública. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, cumulativa e formativa, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, de acordo com a letra “a”, do Inciso V, do Art. 24, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

A avaliação acontecerá em diferentes níveis conforme previsto na Organização Didática do IFRR. No contexto da EAD, a avaliação é percebida como um processo contínuo que abrangerá tanto as avaliações nos encontros presenciais, como a participação do aluno nas atividades indicadas no ambiente virtual de aprendizagem.

Na dimensão presencial, as avaliações ocorrerão na estrutura física do IFRR/*Campus* Boa Vista, na dimensão virtual, as atividades avaliativas serão através da internet, softwares, programas virtuais. Assim, as avaliações do conhecimento adquirido pelo aluno poderá ser realizado por meio da combinação de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) dos seguintes elementos:

- Observação contínua;
- Elaboração de portfólio;
- Trabalhos individuais e/ou coletivos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

- Avaliações escritas;
- Resolução de exercícios;
- Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- Relatórios;
- Avaliações práticas;
- Avaliações orais;
- Visita técnica com relatório das atividades desenvolvidas.

O acompanhamento ao aluno deverá ser sistemático com intervenções focais quando necessárias visando o desenvolvimento individual adequado e exigido pelo curso. A avaliação deverá ser contínua em cada componente curricular. O docente poderá valer-se dos instrumentos didáticos usuais, a seu critério, desde que informe ao aluno antecipadamente. Deverá também, o professor, manter informada a coordenação sobre o desempenho acadêmico do aluno.

Será considerado aprovado o aluno que cumprir com totalidade as seguintes condições:

- Ter frequência mínima de 75% em cada componente curricular, na forma presencial e participar de pelo menos 60% das atividades no ambiente virtual de aprendizagem e 40% no encontro presencial.
- Cursar todos os componentes curriculares que integram o curso com aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 a 10.

Os alunos com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa, dadas as especificidades de um curso de qualificação FIC de curta duração.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

As instalações a serem utilizadas para os encontros presenciais, assim como para as orientações de professores e estudantes, serão as instalações do IFRR *Campus* Boa Vista,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

sendo as instalações e os equipamentos:

- Sala de aula climatizada;
- Sala do Laboratório de informática contendo quinze computadores com CPU, teclado, mouse e outros;
- Biblioteca;
- Projetor multimídia;
- Acesso à internet;
- Tela de projeção;
- Quadro branco;
- Pincel para quadro branco;
- Apagador para quadro branco.

11. PESSOAL DOCENTE

Quadro 02: Pessoal Docente necessário ao funcionamento do curso.

ORD.	Descrição	Carga Horária	Quantidade
1	Docente com graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	20h	1
2	Docente com graduação na área de Segurança Pública ou Especialista em Segurança Pública e Defesa Social	20h	1
3	Docente com graduação em Gestão Pública ou Secretariado Executivo ou Administração ou Tecnólogo em Recursos Humanos	20h	1
4	Docente com graduação em Administração ou Gestão Pública	20h	1
5	Docente com graduação em Administração/Gestão Pública/Economia/Contabilidade	20h	1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

6	Docente com graduação em Administração/Gestão Pública/Contabilidade/Engenharia de Produção/Oficial Superior do CBMRR	20h	1
7	Docente com graduação Administração/Gestão Pública/Contabilidade ou Especialista em Gestão de Projetos/ Oficial Superior do CBMRR	20h	1
8	Docente com graduação em Ciências Sociais/Sociologia/Filosofia/Ciência Política	20h	1
9	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Defesa Social/ Oficial Superior do CBMRR	20h	1
10	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Defesa Social com o Curso de Sistema de Comando de Incidentes com nível Intermediário/ Oficial Superior do CBMRR/ Oficial Superior do CBMRR	20h	1
11	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Produtos Perigosos	20h	1
12	Docente com graduação Gestão de Riscos Coletivos, graduação em Gerenciamento de Emergência e Desastres e/ou Especialista na área de Defesa Social/ Oficial Superior do CBMRR	25h	1
13	Docente com graduação em Direito	25h	1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

14	Docente com Graduação com curso em Inteligência em Segurança Pública/ Oficial Superior do CBMRR	30h	1
Total de docentes necessários			14

12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO

Os alunos que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de 75% e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares receberão o ***Certificado de Qualificação Profissional em: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.***



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto 7988-e de 05 de junho 2007. Dispõe sobre a Aprovação e Instituição do Regimento Interno da Academia de Polícia Integrada do Estado de Roraima e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 15.119-E de 22 de fevereiro de 2013, Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 1836 de 04 de dezembro de 1989 - Regulamenta da Lei de Promoção de Oficiais PMRR_RPO. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Guia de Cursos FIC. 4ª Ed.

BRASIL. LEI 6752 DE 17 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre a Promoção dos Oficiais da ativa das Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília – DF. Disponível em <http://www.impresnacional.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 052 de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 194 de 13 de fevereiro de 2012. Institui o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES - Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: file:///E:/Lei%20de%20Diretrizes%20e%20Bases%20-%20Lei%209394_96%20_%20Lei%20n%C2%BA%209.394,%20de%2020%20de%20dez%20de%201996,%20Presid%C3%Aancia%20da%20Republica.html. Acessado em: 10 de agosto de 2018.

BRASIL. LEI Nº 963 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014. Institui o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Roraima - CEDM/RR e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima. Roraima – RR. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DE ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Brasília, DF 2014. Disponível em http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 139-CONSELHO SUPERIOR, de 10 de setembro de 2013. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO/PROGRAMA/ATIVIDADE

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto/Programa/Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura

**PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DO *CAMPUS***

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste *Campus*, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto/Programa/Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

PARECER DA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS

Esta Direção Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto/Programa/Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura